Revista Extensão & Cidadania ISSN 2319-0566 UESB PROEX Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

VIAS DE UMA PEDAGOGIA ABOLICIONISTA: A CUSTÓDIA, O TEATRO E O RATO NO MURO

PATHWAYS OF AN ABOLITIONIST PEDAGOGY: CUSTODY, THEATRE, AND THE RAT ON THE WALL

VÍAS DE UNA PEDAGOGÍA ABOLICIONISTA: LA CUSTODIA, EL TEATRO Y EL RATÓN EN EL MURO

Guilherme Augusto Nunes dos Santos[1]

Vicente Concilio[2]

Resumo: O texto apresenta uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido no projeto de pesquisa *Teatro e Prisão: práticas de infiltrações das Artes Cênicas em espaços de vigilância* e projeto de extensão *Pedagogia das Artes Cênicas e Espaços de Criação: Teatro e Encarceramento*, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Esta análise-relato-reflexão propõe um olhar sobre a proposição artístico-pedagógica de caráter abolicionista no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis, especialmente diante da possibilidade de fechamento da instituição, conforme a *Resolução nº 487/2023* do Conselho Nacional de Justiça. A partir da metáfora do rato, inspirada na dramaturgia *O Rato no Muro*, de Hilda Hilst, constroem-se hipóteses acerca de infiltrações, modos de organização e da produção de novos mundos possíveis por meio das Artes Cênicas. Para tanto, mobilizamos a seguinte questão: de que modo uma prática extensionista no âmbito das Artes Cênicas pode suscitar outras formas de olhar, de se relacionar e de exercer uma crítica sobre determinado território, por meio de uma leitura poética e estética? Na tentativa de resposta, delineiam-se, assim, algumas vias, porosas, transitórias e efêmeras, em defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade.

Palavras-chave: teatro e prisão; Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico; pedagogia das artes cênicas; extensão universitária; abolicionismo.

***Abstract**: This text presents a reflection on the work developed in the research and extension projects Theatre and Prison: practices of infiltration of Performing Arts in spaces of surveillance and Pedagogy of Performing Arts and Spaces of Creation, at the State University of Santa Catarina. The analysis-report-reflection proposes a perspective on an artistic-pedagogical proposition of an abolitionist character at the Forensic Psychiatric Hospital of Florianópolis, especially in light of the possibility of closing the institution, according to*

[1] Ator, professor, diretor e pesquisador. Licenciado em Teatro pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestrando em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UDESC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Orcid: https://orcid.org/0009-0002-5888-2221 E-mail: guilhermeaugut@gmail.com

[2] Diretor Teatral e Professor da Licenciatura e da Pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Coordenador do Programa de Extensão Pedagogia das Artes Cênicas e Espaços de Criação e do grupo de pesquisa Teatro e Prisão: práticas de infiltrações das Artes Cênicas em espaços de vigilância. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2897-1581 E-mail: viconcilio@gmail.com

Resolution No. 487/2023 of the National Council of Justice, of the National Council of Justice. From the metaphor of the rat, inspired by the dramaturgy The Rat on the Wall, by Hilda Hilst, hypotheses are constructed about infiltrations, modes of organization, and the production of new possible worlds through the Performing Arts. For this purpose, we mobilize the following question: in what way can an extension practice in the field of Performing Arts foster other ways of seeing, relating, and exercising a critique of a given territory through a poetic and aesthetic reading? In an attempt to respond, some pathways are thus outlined, porous, transitory, and ephemeral, in defense of the rights of people deprived of liberty.

Keywords: *theatre and prison; Custody and Psychiatric Treatment Hospital; pedagogy of the performing arts; university extension; abolition.*

Resumen: *El presente texto presenta una reflexión sobre el trabajo desarrollado en los proyectos de investigación y extensión Teatro y Prisión: prácticas de infiltraciones de las Artes Escénicas en espacios de vigilancia y Pedagogía de las Artes Escénicas y Espacios de Creación, en la Universidad del Estado de Santa Catarina. El análisis-relato-reflexión propone una mirada sobre una proposición artístico-pedagógica de carácter abolicionista en el Hospital de Custodia y Tratamiento Psiquiátrico de Florianópolis, especialmente ante la posibilidad de cierre de la institución, conforme a la Resolución nº 487/2023 del Consejo Nacional de Justicia, del Consejo nacional de Justicia. A partir de la metáfora del ratón, inspirada en la dramaturgia El Ratón en el Muro, de Hilda Hilst, se construyen hipótesis acerca de infiltraciones, modos de organización y de la producción de nuevos mundos posibles por medio de las Artes Escénicas. Para tal fin, movilizamos la siguiente cuestión: ¿de qué modo una práctica extensionista en el ámbito de las Artes Escénicas puede suscitar otras formas de mirar, de relacionarse y de ejercer una crítica sobre determinado territorio, por medio de una lectura poética y estética? En el intento de respuesta, se delinean, así, algunas vías, porosas, transitorias y efímeras, en defensa de los derechos de las personas privadas de libertad.*

Palabras clave*: teatro y prisión; Hospital de Custodia y Tratamiento Psiquiátrico; pedagogía de las artes escénicas; extensión universitária; abolicionismo.*

*A*travessar os muros

O presente texto apresenta uma reflexão a partir de uma Pedagogia das Artes Cênicas infiltrada em espaços de privação de liberdade. A análise desenvolvida situa-se no âmbito do trabalho de docentes, estudantes de mestrado e doutorado, bolsistas de Iniciação Científica, bolsistas de extensão, vinculados ao projeto de pesquisa *Teatro e Prisão: práticas de*

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

infiltrações das Artes Cênicas em espaços de vigilância e ao projeto de extensão *Pedagogia das Artes Cênicas e Espaços de Criação: Teatro e encarceramento*, ambos coordenados pelo Prof. Dr. Vicente Concilio, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Florianópolis, Santa Catarina.

A atuação dos integrantes se estabelece a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. São ministradas aulas e oficinas de teatro, além de apresentações e momentos de fruição, atividades desenvolvidas em quatro unidades distintas: Centro de Internação Feminino de Florianópolis (CIF); Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE); Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis (HCTP); e Presídio Feminino de Florianópolis (PF). O artigo *Teatro e prisão: infiltrações das artes cênicas em espaços de vigilância* (Concilio *et al.*, 2024) apresenta, de forma mais detalhada, o trabalho realizado pelos projetos, com ênfase nas atividades extensionistas realizadas também no Centro de Internação e no Presídio.

A análise-relato-reflexão que construímos no presente estudo emerge do trabalho extensionista desenvolvido pelos pesquisadores Guilherme Augusto Nunes dos Santos e Amanda Dalsenter Cardoso, sob a orientação do Prof. Dr. Vicente Concilio, no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis. As aulas no Hospital de Custódia, que constituem o corpo analítico deste texto, foram elaboradas com base no uso de diferentes abordagens, tais como jogos teatrais, improvisação, texto e jogo, construção de materialidades, teatro de animação, teatro de sombras e aproximações com a literatura, música, dança e as artes visuais. A investigação dessas múltiplas metodologias buscava compreender modos de atuação diante das diversas especificidades, limitações e desafios do contexto, especialmente considerando que as práticas eram desenvolvidas por jovens professores em processo de formação. A construção de um repertório de práticas estabeleceu uma dinâmica entre professores e alunos que se mantém até hoje (2026).

A investigação acerca da práxis e da fundamentação metodológica das aulas desenvolvidas no HCTP, bem como dos principais avanços e desafios identificados ao longo do processo, encontra-se pormenorizadamente descrita na monografia *Notas sobre o teatro e a prisão: a crise da custódia e do tratamento psiquiátrico* (Santos, 2025). Esta monografia constitui, assim, o ponto de partida para a formulação de uma nova pergunta: de que modo uma

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

prática extensionista no âmbito das Artes Cênicas pode suscitar outras formas de olhar, de se relacionar e de exercer uma crítica sobre determinado território, por meio de uma leitura poética e estética?

Na tentativa de responder a essa questão, nossa análise-relato-reflexão aproxima-se metodologicamente de uma perspectiva de multiplicidade epistemológica, transitando entre a pesquisa-ação, os relatos de experiência e o diálogo com diferentes campos de produção de conhecimento. Desse modo, estabelece-se uma interlocução não apenas com pesquisadores do campo científico, mas também com escritoras e artistas. Ancorada na dramaturgia *O Rato no Muro* (Hilst, 2023), da escritora brasileira Hilda Hilst (1930–2004), esta reflexão se debruça sobre a experiência de ensino de teatro no HCTP, tomando como recorte temporal os anos de 2023 a 2025. A partir da metáfora do rato, e em aproximação crítica à Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2023), que estabelece diretrizes para o fechamento de instituições como o HCTP, formulam-se hipóteses acerca de infiltrações, modos de organização e possibilidades de produção de novos mundos.

Ao nos colocarmos como artistas-professores inseridos no interior dessas instituições, assumimos também a posição de leitores específicos de suas engrenagens, tensões e dispositivos de domesticação. Não observamos tais espaços de fora, mas a partir de uma experiência situada, atravessada pelas contradições de habitar contextos que, ao mesmo tempo em que possibilitam a prática artística e pedagógica, também operam mecanismos de controle e vigilância. Nesse sentido, aproximamo-nos da dramaturgia *O Rato no Muro* (Hilst, 2023) que nos apresenta, por meio da fabulação, uma instituição total (Goffman, 2015). A partir dessa leitura, tecemos diálogos entre a ideia de infiltração e a figura da Irmã H; entre a Superiora e o Panóptico; entre o pássaro que pousa na janela e o desejo de ser alguém do lado de fora dos muros. Ao abrir mão de uma escrita estritamente formal, contrariamos os prognósticos acadêmicos e escolhemos a materialidade poética das palavras como via de reflexão, buscando pensar uma prática artística porosa, transitória e efêmera – como são as aulas na prisão.

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

Enfiar os pés no lamaçal

O dia foi tão longo.
Fiquei olhando o pássaro que pousou na janela.
Tive vontade de ser.
(Hilst, 2023, p. 71).

Desde que os portões do hospital-prisão foram cruzados em 2023, criamos perguntas e não encontramos respostas; construímos algumas hipóteses e ficamos estatelados pela queda diante do inconcebível. Há algo ou alguém, que continua movimentando em nós o desejo de voltar semana após semana. Os olhos vigilantes que nos olham com reprovação quando nos aproximamos do portão eletrônico são os mesmos que nos desejam boa tarde e nos perguntam: vocês são quem? — Professores de teatro, respondemos. Forçamos a fechadura e atravessamos o corredor gelado e estreito, chegamos à sala em que acontecem as aulas. Às vezes o percurso é rápido, às vezes demora e, outras vezes, no "professores de teatro", o cadeado é batido e a aula cancelada. Não há como prever a receptividade dos agentes de plantão. É preciso treinar, desenvolver e reinventar modos cordiais de chegada e de sorriso amarelo; além da permanente preparação para interrupções, frequentemente materializadas no anúncio de que "hoje não terá aula de teatro".

As hipóteses que apresentamos, constroem-se em cima do disfarce: o hospital que se revela prisão é mascarado, imperceptível aos olhos da massa que vive ao seu entorno. Está localizado na região central de Florianópolis; faz parte do complexo penal, mas não é chamado de prisão. É visto por alguns como lugar de condenados até mesmo para aqueles que não receberam uma pena; por outros, é imperceptível, quase como um terreno baldio ou uma construção em ruínas.

Atrás dos arames farpados estão aqueles que cometeram um crime, mas não receberam uma pena, por possuírem algum transtorno mental que os caracteriza como incapazes de compreender o caráter ilícito dos fatos cometidos. Abre-se um buraco no discurso quando se percebe que as atividades do hospital-prisão são conduzidas pela Secretaria de Administração Penal (SAP) e não pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Por que a SAP é a mais indicada para se responsabilizar por problemas de saúde

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

mental? O que isso revela sobre os objetivos da instituição, suas normas e suas condutas? Tomado de contradições, o terreno baldio revela-se areia movediça, lamaçal, subsidência; quanto mais se caminha, mais se afunda. Salva-se da lama nos pés apenas o pássaro que pousou na janela – por isso tivemos vontade de ser. Sem uma pena definida, as pessoas privadas de liberdade ficam na instituição até receberem uma cessação de periculosidade. É nesta complexidade que se apresenta o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP).

A cessação só é emitida caso o tratamento psiquiátrico tenha surtido efeito, aos olhos da instituição. Devido às condições, algumas pessoas estão há anos no HCTP e não encontram uma perspectiva de cruzar os muros em direção à saída definitiva. Consoante à Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019), que aperfeiçoa a legislação penal e processual, o tempo máximo para uma pessoa cumprir pena em regime fechado é de 40 anos. Porém, não está estabelecido um tempo máximo para o cumprimento das medidas de segurança nos HCTPs, ou seja, essas pessoas poderiam passar uma vida inteira privadas de liberdade. Seria o hospital-prisão o que poderíamos denominar radicalmente como as prisões perpétuas do Brasil? A utilização da terminologia *medida de segurança* é a brecha legal necessária?

Não há como separar o hospital da prisão. O hífen que utilizamos na ortografia para nos referirmos à nomenclatura hospital-prisão une e não separa. Ainda que as pessoas privadas de liberdade sejam chamadas de pacientes, elas se encontram presas; ainda que o espaço coletivo em que durmam seja chamado de enfermarias, elas dormem em celas. Mesmo que haja um esforço para driblar algumas nomenclaturas, a instituição opera de uma maneira similar às prisões: elas utilizam uniformes laranjas, têm horário para levantar, para comer, para ir ao pátio, para receber visitas. A quem interessa que o antigo Manicômio Judiciário do Estado de Santa Catarina seja chamado de Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico? Por quais razões a nomenclatura se altera, mas se mantêm os modos de operação?

Perceber a resolução 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2023) se materializar na instituição foi como estar diante do inconcebível. Foi uma tentativa de aterrar o lamaçal, de pintar as ruínas e de silenciar o som incessante dos molhos de chaves. O encerramento das atividades do HCTP estava com data marcada, e nós, abolicionistas, não nos sentíamos satisfeitos com toda a situação.

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

Nesse contexto, é importante ressaltar que o que é o abolicionismo, um movimento ativista que luta pelo fim das prisões. Surgiu na Europa no século XX, ganhou força nos Estados Unidos a partir de pensadoras que discutíam a ampliação do encarceramento e potencializa-se em anos recentes também no Brasil.

O abolicionismo atravessa nossas investigações principalmente a partir das ideias de Angela Davis, Ruth Wilson Gilmore e Juliana Borges, que nos faz refletir que a prisão não deve ser somente destruída, fechada e ignorada, mas que, antes de tudo, é preciso situar e amparar as pessoas que habitam neste lugar inóspito. O caminho para o fim das prisões começa de dentro para fora e o ponto de partida é a assistência à pessoa privada de liberdade. Propomos o tensionamento da pedagogia do teatro frente a essa ambiguidade: abolicionismo e queda dos muros antiabolicionistas.

O mascaramento da prisão e o silêncio sobre esses espaços, como nos apresenta Borges (2020), fazem com que as operações violentas, vexatórias e punitivistas sejam lidas como o correto, o aceitável e o normal. O teatro nesse contexto é equivalente ao rato que está no muro, palavras de Hilst (2023). Se há um rato no muro, há uma alternativa para ver o que está em cima dele, abre-se, consequentemente, a possibilidade de desejar olhar o que está do lado de fora. O rato pode sair e entrar, ocupar estes dois espaços. O teatro se apresenta como a infiltração – dos ratos, nas paredes impenetráveis que cercam o lamaçal.

Observar os feixes de lenha

> ***IRMÃ G:*** *Não é preciso carregá-las... Sempre.*
> *É como alguém que está habituado a cada dia com seu feixe de lenha sobre os ombros.*
> *Experimente tirar.*
> *Esse alguém andará sempre curvado*
> *(Hilst, 2023, p. 63).*

A rotina e as normas de funcionamento da prisão condicionam o corpo das pessoas privadas de liberdade, como nos conta Hilst (2023). Em sua dramaturgia, ela compartilha ao leitor um contexto que une os três polos das instituições totais, caracterizados por Goffman (2015), como os manicômios, as prisões e os conventos. As irmãs de *A* até *I* vivem vigiadas

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

pela Superiora, que controla suas rotinas e as mantém atrás dos muros, cerceadas. São punidas, caso não estejam dentro dos modos de operação. A irmã H constrói uma oposição, um ponto de rebeldia contra a figura da superiora que segue intacta no seu lugar de poder.

A partir da obra, voltando para o contexto das aulas de teatro, é difícil atuar, construir uma cena, escrever uma dramaturgia, fazer uma aula corporal após noites mal dormidas, após dias se alimentando mal, após uma alta dosagem de medicação, após passar dias sem tomar sol, sem contato com a família ou o mundo exterior. O corpo posteriormente carrega o que lhe acontece na vida cotidiana. Goffman (2015) caracteriza isso como a *mortificação do eu*, a perda da identidade e da subjetividade do sujeito. É comum encontrar, nos relatos de experiências de professores-artistas que atuam em espaços de privação de liberdade, referências aos desafios enfrentados na proposição de práticas artísticas, considerando os processos de perda da subjetividade decorrentes do cotidiano embrutecido da prisão.

Como um rato que caminha por cima do muro e pode estar no lado de dentro e no lado de fora, entramos no hospital-prisão sabendo que estão sendo carregados feixes de lenha sobre os ombros. Infiltramos as aulas de teatro na instituição e, desde então, tentamos fugir das ratoeiras. Apesar de que lentos são os passos para se construir uma relação edificada, contínua e mútua com uma instituição que opera em um sistema de punição, sigamos tentando trilhar esse caminho. Gradualmente, essa relação se estabelece e, com ela, o nosso desejo de retorno semanal, envolto na capacidade de sonhar com novos mundos possíveis. Uma vez por semana, durante duas horas, construímos um espaço para desejar, sonhar e criar pontes de contato entre alunos e professores. Esse é um valioso objetivo: construir mais pontes do que muros.

Não entramos no hospital-prisão com a ideia de repassar conhecimento, muito menos na lógica de uma “pessoa corajosa” que “realiza um trabalho muito bonito”, como já ouvimos diversas vezes quando compartilhada a investigação. Estamos distanciados e queremos que se esfarele a ideia de que o trabalho que realizamos ocupa um espaço próximo ao de caridade, de favor, de doação. A prática se constrói a partir da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, tríade fundamental na composição da universidade pública no Brasil. Além disso, é direito das pessoas privadas de liberdade, o acesso à educação e à cultura, previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988) e na Lei de Execução Penal nº 7.210 (Brasil, 1984).

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

Entramos neste espaço para escolher um lado da gangorra e brincar de transferir o peso, depois, trocar de lado e deixar que outra pessoa assuma a condução da brincadeira.

A partir disso, da ideia de uma pedagogia em jogo, em construção coletiva e em comunidade, questionamo-nos sobre a ideia que atribui título a esse material: como trabalhar em uma lógica de pedagogia como prática de liberdade neste contexto? É possível falar de liberdade dentro da prisão? A primeira pista para responder às perguntas está na possibilidade de prescindir da posição de autoridade e construir *com* essas pessoas um espaço de aprendizado.

Ao longo dos últimos anos, propusemos diferentes metodologias, que foram se mesclando e aperfeiçoando para se ajustar à realidade do ambiente em que estávamos circunscritos. Experimentamos as seguintes maneiras de ocupação com o teatro: construção e manipulação de bonecos, construção de dramaturgia, contação de histórias, jogos teatrais e brincadeiras tradicionais, intervenções teatrais e nos aproximamos também de outras linguagens artísticas, como a dança e as artes visuais.

A premissa do trabalho com pessoas privadas de liberdade está na possibilidade de construir desejos individuais e coletivos. O desejo por estar na aula, o desejo por brincar, o desejo por conversar sobre um livro, o desejo por fazer os exercícios. Momentos estes que interrompem o fluxo cotidiano do ambiente. Se no dia a dia o "não" é a resposta imediata, experimentamos construir o "sim" e o "talvez". Tentamos criar pequenos momentos de fruição, com um objetivo concreto: o retorno dos alunos na próxima semana, movidos pelo interesse de nos reencontrar ou de realizar as atividades propostas. Isso pode acontecer se alimentarmos, coletivamente, a vontade de fazer.

A pedagogia neste espaço é a gangorra, de um lado estão os professores e do outro os alunos; se um lado pesa mais que o outro, a brincadeira não acontece. Nos encontramos neste ambiente, de propor e de ceder. Em *Ensinando a Transgredir*, bell hooks nos apresenta a ideia de educação como prática de liberdade e finaliza o trabalho com as seguintes palavras:

> Neste campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós [...] uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras. Para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade. (hooks, 2017, p. 273).

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

Relacionamos a ideia de hooks com as pequenas fissuras construídas nas celas de aula, como nos apresenta Janilce Rodrigues (2019). Com os nossos alunos, os esquemas de cruzar fronteiras se organizam quando fazemos a leitura de uma poesia e ficamos a tarde inteira buscando possibilidades de construir uma dramaturgia sobre as diferentes interpretações. Aprendemos e ensinamos a transgredir, na gangorra instalada no lamaçal, quando voltamos o olhar para uma letra de funk nos jogos de improvisação e, a partir dela, os alunos podem pensar criticamente sobre a realidade em que estão inseridos. Ou ainda, quando na avaliação final da aula, eles nos questionam por que nós não os levamos para conhecer a universidade em que estudamos. Estão nos transgredindo.

Investigamos a ideia de equivalência (Barba, 2020) no hospital-prisão. Os esquemas para cruzar fronteiras que hooks encontra como professora são diferentes dos nossos; precisamos considerar nossas experiências, contextos e realidades. Pouco nos interessa olhar para um material e pensar "não funciona na nossa sala de aula", nos propomos a olhar e pensar "qual a equivalência desse material na prisão, com nossos alunos?". Assim, buscamos as mais variadas metodologias para construir os planejamentos e colocamos um momento final em todas as aulas para perguntar quais atividades eles tinham o desejo de experimentar. Fomos cosendo as nossas vontades. A premissa do nosso trabalho como professores, artistas e pesquisadores está na busca pela equivalência, seja em conceitos, atividades ou referências.

Enquanto eram desenvolvidas atividades artístico-pedagógicas no HCTP, também era construída, no âmbito da disciplina de Montagem Teatral do curso de Licenciatura em Teatro da UDESC, um espetáculo inspirado na dramaturgia de Hilda Hilst (2023). Entre a prisão e a universidade, tensionavam-se as relações entre as instituições totais e a agência das pesquisas que se debruçam sobre esses espaços. O espetáculo, estreado em 2023, intitula-se *X, ou, somos apenas 13, vigiadas por olhos, detidas por muros de pedras, sem sol, sem girassol, somos rocha mas que dera fôssemos rouxinol*.

No processo de criação da peça, articulado ao projeto Teatro e Prisão, delineou-se um direcionamento discursivo voltado à crítica das Instituições Totais, buscando deslocar o debate sobre a prisão para o interior da academia. Concebido em contexto universitário e, posteriormente, assumido pelo Rasgacena Grupo de Teatro, o espetáculo passou a operar como

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

um dispositivo estético-político de problematização dessas estruturas. Ao inspirar-se na dramaturgia *O Rato no Muro* (Hilst, 2023), que representa a censura, a opressão e o controle dos corpos durante a ditadura militar brasileira por meio da alegoria de um convento, o grupo Rasgacena lançou-se a um debate próximo acerca das instituições totais.

Figura 1: Apresentação do espetáculo *X, ou, somos apenas 13, vigiadas por olhos, detidas por muros de pedras, sem sol, sem girassol, somos rocha mas que dera fôssemos rouxinol*



Fonte: Acervo do Rasgacena Grupo de Teatro.
Imagem: Julia Perosa.

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

Sempre foi do nosso interesse criar pontes, tensões e novas perspectivas ao provocar a relação entre a universidade e a prisão a partir da nossa prática extensionista, por isso, retomamos o que Santos propõe:

> Quero compartilhar algo que move o desejo pelo meu trabalho na prisão. A possibilidade de provocar pequenas saídas, ou pelo menos saídas do imaginário punitivista. Ao longo dos anos em que conduzimos atividades pedagógicas no HCTP produzimos paralelamente um trabalho semelhante ao de agentes culturais, provocando pequenas saídas que o teatro pôde proporcionar. (Santos, 2025, p. 80).

O trabalho realizado na prisão invade a universidade, da mesma maneira que a universidade invade a prisão. Ao longo dos anos de atividade do projeto Teatro e Prisão, foram realizadas diversas saídas da prisão, para fazer pontuais visitas na UDESC, para assistir peças, participar de exposições, aulas, mostras, entre outras atividades. Na Figura 2, a seguir, apresentamos, no palco, estudantes matriculados na disciplina *Atuação: procedimentos de criação* e integrantes do projeto Teatro e Prisão. De costas, para preservação de suas imagens, os participantes das aulas de Teatro no HCTP.

Figura 2: Atividade do rojeto Teatro e Prisão



Fonte: Acervo dos autores.

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

O teatro vai criando raízes, se ramificando, personificando-se numa grande figura, com vários olhos e ouvidos, com todos os sentidos aguçados. Se infiltra, se estabelece, constrói códigos que só quem habita o ambiente das aulas compreende. Criam-se espaços, jogos, realidades paralelas. Quase poético, poesia, palavra-viva, é como se Hilda Hilst sussurrasse em nossos ouvidos: "não há silêncio bastante para o meu silêncio. Nas prisões e nos conventos, nas igrejas e na noite, não há silêncio bastante para o meu silêncio" (Hilst, 2017, p. 81). Que possamos transgredir o silêncio. Há louváveis conquistas e avanços no trabalho, mas há muitos impasses, portas travadas e vias negativas que colam a sola do sapato no piso gelado. Voltemos o olhar para elas.

Subir e ver

Irmã H: *Parem! Parem!*
Vocês não veem que ela está tentando nos deixar sem resposta?
Que quando ela fala da culpa nós pensamos no tempo?
E que diante dela nós nos comportamos como um brinquedo de corda?
Que estamos fartas de ficar diante da morte e da renúncia?
(Hilst, 2023, p. 76).

Acompanhamos os impasses do fechamento da instituição desde que iniciamos as atividades no HCTP. Ficamos sem entender o que aconteceria com as pessoas privadas de liberdade, com a estrutura e como seria feito o desligamento de todas aquelas pessoas. Conversávamos com os funcionários e eles também não sabiam responder. A sensação de imprevisibilidade nos deixava sem saber como preparar as aulas, de forma semestral, trimestral, semanal ou planejamento único?

Os alunos nos perguntavam o que aconteceria, mas não sabíamos responder e não sabíamos também como seria realizado o cumprimento da Resolução 487/2023 (CNJ, 2023). O prazo para o término das atividades era de seis meses, a partir de fevereiro de 2023, depois foi prorrogado este prazo, porque ainda não se tinham respostas nem encaminhamentos. Até que chegou o momento em que os alunos foram desligados da instituição, retornando para suas famílias; quem tinha família e quem a família conseguiu receber. A maioria dos nossos alunos

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

foi ficando. Quando chegou ao ápice da desinstitucionalização — o HCTP não recebia mais internos, só mantinha quem ainda estava lá — o Ministério Público do Estado de Santa Catarina emitiu uma liminar que impediu os avanços do fechamento.

Acompanhamos as idas e vindas como um rato que ora estava dentro, ouvindo os alunos e suas queixas, ora estava fora, acompanhando os avanços e os impasses. É fechamento, mas não é abolicionismo. A finalidade do movimento é reivindicar que os direitos das pessoas privadas de liberdade sejam garantidos, consequentemente, a queda dos muros das instituições que se organizam em cima das ruínas. Caracterizamos as ruínas como o sistema que opera na lógica punitivista, no abuso do poder, na violência, na humilhação, na tortura, na animalização e na domesticação.

Retomamos o início deste texto: não há como entrar na prisão sem se afundar no lamaçal. É preciso que nós e você, juntos, nos afundemos enquanto tentamos nos mexer. Para isso, seria importante construir redes. Seria preciso haver uma invasão dos ratos, como uma praga. Indomáveis. Para haver uma transformação ou a construção de um novo mundo, talvez seja preciso estar consciente de que a prisão opera e se mantém numa lógica punitivista, de tortura, mas sobretudo racista, opressora e violenta que manifesta as consequências da escravidão.

Essa lógica se revela nos dados do Senappen (2023), que demonstram que a maioria da população encarcerada no Brasil é negra. Se revela na violência policial e na perseguição contra pessoas negras e periféricas. Ainda que o foco da discussão proposto aqui não seja esse, é inadmissível que questões como essas passem despercebidas.

Quando realizamos trabalhos dentro da prisão, começamos a compreender coisas que extrapolam o limite da caixa em que estamos acostumados a viver. Trabalhando no hospital-prisão, precisamos compreender o funcionamento da prisão e, principalmente, compreender a necessidade do desmoronamento do muro, tijolo por tijolo. Para rascunhar um pensamento sobre a prisão, é necessário situar o nosso olhar historicamente e abandonar a punição como a alternativa para resolução de conflitos. Por isso, não há como tratar do abolicionismo sem considerar o encarceramento em massa da população negra. Não há como entrar nesse espaço

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

e não desejar o seu fim, a queda dos muros e novos mundos possíveis. Segundo Ruth Wilson Gilmore:

> A abolição é um processo cujo objetivo não é mudar o status, mas sim mudar a realidade social na qual certos tipos de status tomam forma. Mudar a realidade social significa tentar e tentar novamente, vivificando as percepções do estudo e da luta, da aprendizagem e do trabalho, em direção a objetivos práticos. Isso significa que a abolição também está sempre em ensaio. Eu costumava dizer que ela é "a vida em ensaio", mas ultimamente penso que uma forma de focar na transição em curso da abolição é ser amplamente específico e dizer essas palavras de uma forma diferente: abolição é emancipação em ensaio. A abolição abrange todas as pessoas que lutam contra o imperialismo, o colonialismo, o racismo e o capitalismo para alcançar o bem-estar abundante que a terra pode sustentar. (Gilmore, 2023, p. 29).

As palavras de Gilmore (2023) evocam a complexidade da tarefa abolicionista. Abolir é lutar por uma transformação radical do mundo tal qual o conhecemos em muitas esferas. Não é apenas sobre o fim das prisões, esse movimento não é simples. Mas a situação se mostrou mais difícil do que simplesmente encerrar as atividades de um hospital de custódia. Desde março de 2026, a instituição funciona como se não houvesse uma resolução que exige o seu fechamento.

O ambiente prisional acaba determinando como as aulas acontecem. Às vezes, os alunos estão medicados a ponto de não nos reconhecerem, ou às vezes choram no meio da aula e não há o que fazer para acalmá-los. Toda semana não há certeza de que a equipe de plantão autorizará a entrada na unidade para realização do encontro.

Quais as pistas ou os pontos de partida para que possamos continuar atravessando o lamaçal e fugindo das ratoeiras? Não nos interessa romantizar nossa entrada nesses espaços, mas acreditamos na possibilidade de sonhar com novos mundos, como dizem Gaulês e Prette:

> É o suar junto, o rolar no chão, o sentir a dureza da matéria das coisas e compreender no corpo outras possibilidades de moldá-la. É entender o peso do corpo que risca a partir de uma comunhão de corpos diversos que materializam comunidades que a colonização não nos permitiu experimentar. Ensaiar as alternativas para esse novo mundo até que o mundo caiba no nosso corpo, e só então possamos vesti-lo. (Gaulês; Prette, 2025, p. 224-225).

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

Sabemos que para muitos a ideia de um novo mundo pode soar utópica, mas para nós a utopia é tentar convencer-nos de que há alguma possibilidade de transformação dentro dos muros da prisão. A transformação está justamente na possibilidade de derrubar esses muros, garantindo que as pessoas, que vivem lá dentro e suas famílias, sejam asseguradas.

A prática extensionista em unidades penais é estimulante pelos desafios que ela impõe, no entanto, ela pode ser também uma experiência extenuante. Nesse sentido, Lucas; Fiche; Concilio afirmam que:

> Se, por um lado, o número de desventuras que podem ocorrer em um processo artístico dentro de uma prisão pode parecer desanimador, por outro lado, é nosso meio de justificar nossa própria presença na prisão. Eu gosto de pensar que por um longo período a prisão foi para mim a encarnação contemporânea da Hidra, a figura mitológica monstruosa que tinha a capacidade de se regenerar a cada golpe que sofria, e pior, toda vez que sua cabeça era cortada, mais duas nasciam em seu lugar. Senti-me assim diante da quantidade de problemas que ocorreriam em todas as aulas, e esse sentimento pode acarretar um enorme desânimo. Mas eu persisti, e passei a imaginar o oposto; talvez o teatro fosse a Hidra. As aulas de teatro sobreviveram aos problemas de acesso à unidade, aos desafios impostos pelas surpreendentes rotinas das prisões, às dúvidas apresentadas pelos policiais e prisioneiras sobre o objetivo do que estávamos fazendo em cada aula. As oficinas de teatro é que eram a coisa que desenvolvia duas cabeças cada vez que uma delas era cortada. (Lucas; Fiche; Concilio, 2020, p. 423).

Desde então, algumas parcerias reforçam o desejo de seguir construindo o que temos chamado de Pedagogia Abolicionista. Uma rede de pesquisadores e pesquisadoras que envolve a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade de São Paulo (USP), que constituem, em seus próprios espaços mas também em parceria, o *Observatório de Práticas Artísticas no Cárcere e em Espaços de Privação de Liberdade*. As referências abolicionistas se expandem em resposta ao encarceramento em massa, mas certamente ainda não fazem frente ao populismo penal que toma conta do senso comum em relação ao tema da segurança pública: a população exige mais punitivismo, sem analisar como o próprio sistema penitenciário está na raiz da expansão das práticas criminosas mais sofisticadas.

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

Constroem-se, assim, algumas vias subterrâneas para que os ratos se articulem e se fortaleçam, apropriando-se das portas abertas nas universidades públicas do Brasil para a produção de conhecimento científico pautado em experiências extensionistas em diferentes unidades prisionais. Como as cabeças cortadas da Hidra, ou como a proliferação dos ratos, seguimos subindo nos muros.

Entre os ratos e os muros

> **Superiora** (para Irmã H. Severa): O rato é você.
> (tom crescente, procurando tensão).
> Que deseja subir e ver.
> (Hilst, 2023, p. 76).

A metáfora do rato aproximou nossos interesses, ao possibilitar o compartilhamento da experiência extensionista, evidenciando como a universidade pública, as artes e o teatro podem operar como dispositivos de infiltração e de leitura crítica de instituições totais, sejam elas quais forem. Assim, atua-se como dentes finos que corroem, pouco a pouco, as superfícies endurecidas da prisão. Nesse movimento, o rato emerge como figura simbólica nos interstícios dos muros institucionais, permitindo tensionar os modos de habitar e compreender esses espaços.

Os desafios enfrentados por professores e professoras na condução de atividades em contextos de privação de liberdade exigem constantes estratégias de renovação, drible e reinvenção pedagógica, mobilizando práticas situadas às instabilidades e às imprevisibilidades que atravessam tais territórios. Professores e professoras tornam-se, também, ratos: precisam farejar o terreno, reconhecer o perigo, desviar das interdições, reinventar percursos, suportar o "hoje não terá aula de teatro" como quem encontra uma porta fechada e, ainda assim, procura outra fresta. Nesse horizonte, a pedagogia abolicionista se constrói em rede, sustentada por uma perspectiva de multiplicação, se disseminando como rastros que insistem em atravessar os muros.

Caminhemos rumo à infestação dos ratos, e que a Irmã H seja a líder da rataria.

Revista Extensão & Cidadania, v. 14, n. 25, p. 255-273, jan./jun. 2026.
DOI: https://doi.org/10.22481/recuesb.v14i25.19082
ISSN 2319-0566

Referências

BARBA, Eugênio. **Queimar a casa:** origens de um diretor. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF:. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 7210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.** Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1328885560/lei-13964-19. Acesso em: 30 mar. 2026.

BORGES, Juliana. **Prisões:** espelhos de nós. São Paulo: Todavia, 2020.

CONCILIO, Vicente; CARDOSO, Amanda Dalsenter; DOS SANTOS, Guilherme Augusto Nunes; DE SOUZA, Pedro Henrique Vieira. Teatro e prisão: infiltrações das artes cênicas em espaços de vigilância. **Revista Extensão & Cidadania**, *[S. l.]*, v. 12, n. 22, p. 181–195, 2024. DOI: 10.22481/recuesb.v12i22.15657. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/recuesb/article/view/16130. Acesso em: 29 mar. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 487/2023**. Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução de medidas de segurança. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4960. Acesso em: 30 mar. 2026.

GAULÊS, Murilo Moraes; PRETTE, Nailanita. Teatro, prisão e a busca por novos imaginários possíveis: a extensão universitária e o abolicionismo penal no ensino de artes cênicas. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**. v. 15, n. 33, jan. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.35699/2238-2046.2025.53524. Acesso: 30. mar. 2026.

GILMORE, Ruth Wilson. **Califórnia Gulag**: prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal. São Paulo: Igrá Kniga, 2024.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HILST, Hilda. **Da Poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HILST, Hilda. O rato no muro. *In:* **Teatro completo:** O rato no muro; O auto da barca de camiri. Porto Alegre: L&PM, 2023. Vol. 3.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** educação como prática de liberdade. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

LUCAS, Ashley; FICHE, Nathália; CONCILIO, Vicente. Avançamos Juntos — Um programa de intercâmbio sobre teatro nas prisões entre três universidades no Brasil e nos Estados Unidos. *In*: NOGUEIRA, Márcia Pompeo et al. (Org.). **Pedagogias do Desterro**. São Paulo: Hucitec, 2020.

RODRIGUES, Janilce. **Teatro em cadeado**: uma experiência em cela de aula. Brasília, DF: 2019.

SANTOS, Guilherme Augusto Nunes dos. **Notas sobre o teatro e a prisão:** a crise da custódia e do tratamento psiquiátrico. 2025. Monografia (Licenciatura em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

SENAPPEN, Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Relatório de Informações Penais** - RELIPEN - 1º semestre 2023. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-primeiro-semestre-de-2023/relipen. Acesso em: 30 mar. 2026.

Recebido: 01.04.2026

Aceito: 13.09.2026

Publicado: 03.11.2026

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0